

# O Movimento de Ocupação das Escolas Públicas: repressão e representação na mídia

Felipe Henrique Mota Silva \*

Veralúcia Pinheiro \*\*

*Como a domesticação do rebanho  
desorientado nunca é perfeita, a batalha é  
permanente.  
Noam Chomsky*

## Introdução

Neste artigo iremos discutir a representação dos conflitos entre a Polícia Militar e os estudantes no Brasil na mídia escrita, observando a peculiaridade dos meios de comunicação na defesa dos interesses das classes dominantes. Nosso objeto de estudos são os conflitos que retratam o movimento de ocupação das escolas, no período entre 2015 e 2016. Paralelo a esse movimento, buscamos o registro também na mídia escrita dos conflitos entre estudantes e militares no período da Ditadura militar no Brasil (1964-1985) com o objetivo de analisar a convergência das narrativas feitas pela mídia escrita.

A escolha desses períodos se justifica tendo em vista que foram momentos em que se intensificou o processo repressivo do Estado. No caso das ocupações das escolas a repressão voltou-se contra os estudantes, já em relação ao período da Ditadura Militar, ela se deu de forma generalizada, ou seja, contra os trabalhadores e todos contrários àqueles que se manifestassem contra suas ações. Nesse sentido, o movimento estudantil foi protagonista de vários conflitos.

Esclarecemos que o movimento de ocupação das escolas no período já referido se desenvolveu em diversas cidades do país e em diferentes Estados da federação, sendo também diferentes as reivindicações que desencadeou o movimento em cada Estado. Desse modo, embora tenhamos consciência da riqueza dessa experiência em qualquer lugar do país em que ela tenha ocorrido, restringiremos aqui nossa análise ao Estado de São Paulo, devido a sua centralidade na mídia nacional.

---

\* Estudante do curso de História na Universidade Estadual de Goiás, bolsista do Programa de Iniciação Científica - CNPQ - PBIC/CNPQ.

\*\* Doutora em Educação pela Unicamp/SP, docente na graduação no campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias – PPG/IELT – Universidade Estadual de Goiás – UEG. Pesquisadora das áreas de violência, juventude, educação.

A democracia formal e a criação da internet com suas redes sociais permitiram novas formas de divulgação das ações do movimento de ocupações das escolas, rompendo assim, com a perspectiva unilateral apresentada pelos jornais do período da ditadura militar. Especialmente as redes sociais, os sites alternativos etc., garantiram voz aos próprios estudantes, sujeitos do movimento. Destacamos, a atuação da chamada grande imprensa, cujos jornalistas autores dos artigos analisados de forma alguma são neutros, os fatos narrados por eles, expressam seus valores e suas visões de mundo.

A história do Brasil é marcada por cicatrizes decorrentes de inúmeros conflitos travados quase sempre entre a população civil e as forças policiais. Entre os anos 2015 e 2016 tais conflitos no campo estudantil foram intensos. As manifestações de estudantes por meio das ocupações das escolas em defesa da gratuidade e da qualidade do ensino em diferentes regiões do país foram sistematicamente reprimidas pelo Estado. Ao lado dessa violência a atuação dos grandes meios de comunicação não pode ser subestimada. Os estudantes foram representados por eles como vândalos e baderneiros. Trata-se de uma representação que retira a legitimidade da luta dos estudantes e desculpa o Estado pela violência cometida contra eles. Ao mesmo tempo, tal representação contribui para que a população se distancie do debate e não se torne aliada dos estudantes na resistência contra a terceirização e o fechamento das escolas, enfim, contra o sucateamento do sistema público de educação.

Evidente que as manifestações atrapalham a ordem pública, levando o Estado ao uso da violência ao invés de se utilizar do diálogo como instrumento para solução ainda que provisória dos conflitos, já que não existe sociedade capitalista sem contradições e conflitos. Nesse sentido, a ação repressiva contra os estudantes confirma as teorias desenvolvidas por Poulantzas (1985), cujo teor central consiste na tese de que a monopolização da violência legítima pelo Estado ainda é o elemento determinante do poder, mesmo quando essa violência não é exercida direta e abertamente. Essa monopolização está na base das novas formas de luta sob o capitalismo, as quais correspondem o papel dos dispositivos de organização e consentimento, pois poder e luta se atraem e se condicionam mutuamente. O Estado, desse modo, concentra a violência em seus corpos especializados, enquanto esta é, cada vez mais, insuficiente para a reprodução do domínio.

“O Estado é uma máquina de repressão que, permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operaria para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia” (ALTHUSSER, 1987, p.31). Althusser ressalta que, para garantir

sua permanência e manutenção, o Estado se utiliza de aparelhos ideológicos. Os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) são órgãos responsáveis por reproduzir e difundir a ideologia burguesa. São exemplos de AIE: a escola, a igreja, a instituição familiar e a mídia etc.

A concepção defendida por Althusser possui limites e equívocos que podemos verificar em uma análise mais atenta. Os Aparelhos Ideológicos de Estado existem como projeto de difusão da ideologia dominante, contudo, esses aparelhos admitem certas contradições que devem ser levadas em consideração. Por depender da ação humana, subjazem questões ligadas à formação social, intelectual dos indivíduos, os quais desenvolvem funções no interior das chamadas AIE. Nesse sentido, a escola é, sem dúvidas, um aparelho ideológico de Estado, oficialmente ela deve reproduzir a ideologia burguesa.

Todavia, não existe controle que possa assegurar que todos irão agir contra os próprios interesses de suas classes. De modo que, agindo na contramão do instituído parte dos professores, estudantes e outros trabalhadores irão desenvolver mecanismos de resistência e atuar de forma revolucionária no interior da Escola, burlando a ordem e questionando as normas, a história oficial, as injustiças e a desigualdade. Se a escola fosse apenas um antro ideológico, como pensa Althusser, ela se constituiria como espaço exclusivo na produção de consensos a favor do modelo vigente de sociedade. Ao invés disso, a escola ora reproduz a dominação, ora se contrapõe a ela seja de forma explícita e contundente, seja de forma quase invisível.

### **A Manipulação Pelo Discurso Escrito**

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (2014) argumenta que a consciência adquire forma e existência nos signos, ou melhor, nas representações formadas por um grupo organizado no curso de relações sociais. Nesse sentido, as representações ou signos seriam o alimento da consciência individual, a essência de seu desenvolvimento, refletindo a lógica de seu funcionamento. A lógica da consciência é a lógica da comunicação, das interações, cujas representações expressam as concepções e ideologias de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo representativo não sobra quase nada. Segundo o autor, “a palavra, o gesto significativo, etc constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos ou as representações lhe conferem” (BAKHTIN, 2014, p. 36).

Bakhtin (2014) considera que a palavra é o fenômeno ideológico<sup>1</sup> por *excelência*, ela não abarca nada que não esteja ligado a essa função de representação. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Por outro lado, em sua teoria da enunciação, Bakhtin (2014) afirma que o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições e as finalidades de cada campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

De modo que, a partir da teoria bakhtiniana, o enunciado é definido por Maingueneau (2013, p. 63) como “uma unidade elementar da comunicação oral, uma sequência dotada de sentido e sintaticamente completa”, pois, para Bakhtin (2000), os indivíduos conhecem o vocabulário e a estrutura gramatical da língua materna não por meio dos dicionários ou manuais de gramática. Ao invés disso, tal conhecimento se dá graças aos enunciados que ouvimos e reproduzimos na comunicação discursiva com as pessoas de nosso cotidiano.

O ato comunicativo carece de uma dinâmica dialógica, ou melhor, “a alteridade define o ser humano, sendo que o outro é indispensável para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro” (BAKHTIN apud BRAIT, 1997, p. 35-36). Segundo Brait (1997), o enunciado está subordinado às relações sociais, uma vez que este pressupõe um ato de comunicação social. Nesse sentido, o autor adota no campo da linguagem a ideia de luta de classes, o que torna impossível o argumento de inocência do discurso, pois esse seu caráter social e, conseqüentemente, os conflitos de classes que lhe são inerentes o levam a permanecer intimamente vinculado às relações de poder.

A escrita é a expressão da consciência de quem a produz. Consciência esta determinada pelo seu ser social (MARX, 1986, p. 25). A linguagem escrita, de acordo com Sapir apud Viana (2009), seria, assim, como uma espécie de complemento de sua parte falada. Para o autor, as formas escritas se constituem como símbolos secundários

---

<sup>1</sup> Se para Marx (2007) o conceito de ideologia é definido como ilusão, inversão da realidade, para Bakhtin (2014, p. 31), um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) [...]. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Em Althusser (1987) o mundo das ideias se divide em ideologia dos dominadores e ideologia dos dominados.

das formas faladas – símbolos de outros símbolos. Todavia, tal correspondência é tão precisa que a escrita poderia substituir totalmente a fala, não apenas em teoria, mas também na prática atual dos que só leem com os olhos, e até talvez em certos tipos de reflexão mental.

A linguagem em razão de seu caráter social encontra-se submetida ao processo social, apresentando, desse modo, a mesma dinâmica, historicidade e singularidade da sociedade que ela expressa. Para Bakhtin (1990) o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo.

Se tomarmos como exemplo uma publicação no site eletrônico G1 (01/11/2016) intitulada “Estudantes desocupam escolas públicas em Bauru” é possível dizer que o título da matéria corresponde exatamente à discussão teórica que compreende a linguagem como fruto da dinâmica e da historicidade da sociedade. Além disso, esse enunciado se constitui como centro organizador da ideia de que a escola não é dos estudantes e que a desocupação restaura a ordem, devolvendo a escola para seus legítimos donos. De acordo com o G1

A negociação para a saída dos estudantes na Escola Guia Lopes começou por volta das 17 horas. A polícia precisou arrebentar alguns cadeados e correntes colocados pelos alunos. "A única ação que nós tivemos que fazer foi cortar o cadeado, que impedia a nossa entrada. Em nenhum momento foi feito uso de força física, não foi feito nenhum uso de armamento. Os alunos estavam na cozinha. Foi tranquilo não houve nenhum tipo de resistência", esclareceu o comandante da Polícia Militar, Flávio Kitazume. (G1, 2016, s/p).

A linguagem empregada na matéria pelo jornalista naturaliza a intervenção da polícia no interior da escola de educação básica. A ação de ocupação da escola visando reivindicar exatamente sua melhoria e caráter público é criminalizada, os alunos tornam-se estrangeiros em seu próprio território. Essa naturalização da violência simbólica contra os estudantes decorrente da linguagem escrita está em sintonia com as ideias defendidas por Viana (2009), segundo as quais isso ocorre devido ao fato de que a luta de classes marca a linguagem e se expressa nas palavras e nos demais signos da comunicação humana.

Nesta mesma matéria, tendo por parâmetro Bakhtin (2000) podemos analisar o discurso como produto de uma memória discursiva, o qual carrega consigo inúmeros discursos que outrora foram proferidos. Para o autor, o jornalista possui uma consciência historicamente construída, portanto, sua formação moral-intelectual é um dos fatores que o leva a reproduzir a ideologia dominante.

Para Maingueneau (2013), o chamado conhecimento de mundo, isto é, os saberes compartilhados anteriores à enunciação são peças essenciais ao processo de interpretação. Na manchete “Estudantes desocupam escolas públicas em Bauru”, o papel desempenhado pela memória discursiva e pelo conhecimento de mundo é emblemático. Não é difícil para nós, brasileiros, leitores de jornais, tendo por referência somente o título da matéria deduzir seu conteúdo.

No mesmo site eletrônico, o G1, de 23/11/2016, na matéria intitulada “Após intervenção da PM, escola é desocupada na zona sul de São José”. Aqui, o autor/jornalista se refere a uma escola que fora ocupada na cidade de São Paulo. Ao tratar de sua desocupação ele se utiliza de mecanismos discursivos para minimizar a ação violenta da polícia militar contra a manifestação dos estudantes. Além do eufemismo utilizado (intervenção), suavizando o conflito, o título ambíguo passa a impressão de pacificidade no processo de desocupação, colocando a repressão policial no patamar de redentora da escola. Desse modo, a polícia livra a escola de indivíduos que estavam ameaçando a paz e a harmonia no interior da escola. Ou seja, a escola se encontrava em risco, devido à ação de indivíduos estranhos aos interesses dela. Em outras palavras, subjaz aos escritos na matéria, que a escola foi ocupada por estudantes que defendem interesses alheios a eles próprios.

Tal manipulação é evidente no trecho recortado dessa matéria “[...] O local havia sido invadido por cerca de 20 alunos na manhã da última terça-feira [...]”. Nela, os manifestantes são descritos na condição de invasores, o que contribui para disseminar ódio inclusive entre iguais, ou melhor, dos trabalhadores contra os filhos dos próprios trabalhadores.

Nesse contexto, consideramos adequado tomar emprestado um conceito muito trabalhado na dramaturgia, a chamada *Arma de Tchekhov*, cujo princípio dramático sugere que todo elemento presente em uma narrativa deve existir por algum motivo, isto é, todo elemento, mesmo que seja ofuscado por boa parte do enredo, em algum momento desempenhará um papel relevante na história que está sendo contada (CERBARA, 2015). Nessa analogia, o termo invasão é um recurso jornalístico que desempenha papel fundamental na narrativa. Serve para legitimar a ação da polícia contra os estudantes, que, na situação de invasores, estariam cometendo um crime contra a propriedade e, por isso, destituídos de qualquer razão.

## Cale-se e deixe que os profissionais da imprensa falem por você

Em relação ao período da ditadura civil-militar que marcou a história do Brasil entre os anos de 1964 a 1985, destacamos também notícias que tratam de conflitos entre a polícia e os estudantes. Nesse sentido, a edição do Jornal O Globo de 25 de junho de 1968 é representativa daquilo que se tornou este jornal, um veículo de transmissão das ideologias do governo ditatorial. Nessa edição divulgou-se a seguinte manchete: “Em São Paulo: violência sem intervenção policial”. A matéria descreve uma manifestação estudantil que teria acontecido na tarde do dia anterior, 24 de junho de 1968, em São Paulo. De acordo com a descrição feita pelo jornalista, os estudantes deslocaram-se pela Rua do Arouche em sentido contrário aos carros, com *slogans* contra a ditadura, contra a repressão dentre outros protestos e palavras de ordem. A linguagem utilizada no texto jornalístico enfatiza a agressividade dos estudantes na manifestação, detalhando suas supostas ações em cada muro pichado, em cada vidro quebrado. O objetivo que se evidencia é demonizá-los frente à força policial e desse modo produzir justificativas para convencer o leitor sobre a necessidade da repressão que pode em qualquer momento se desencadear contra manifestantes.

“Forças legais se preparam”, com esse título que mais parece um alerta O GLOBO também de 25 de junho de 1968 publica artigo em que o jornalista discute e justifica o papel supostamente de defesa da polícia nas manifestações estudantis. A manipulação nesse caso ocorre de forma sutil, quase imperceptível. O jornal esclarece que a polícia, assim como o Exército está no patamar da reação. Isto é, estão se preparando pra reagir à brutalidade dos estudantes. Observamos que ao ressaltar inicialmente a brutalidade dos estudantes, o jornalista busca preparar/manipular o leitor para receber os relatos sobre a violência praticada pela polícia contra os estudantes. Nessa narrativa, as vítimas tornam-se também culpadas pela ação repressiva, já que foram os próprios estudantes que escolheram a violência como estratégia de enfrentamento. Tal enunciado torna legítima a crueldade, o crime, a violência, desde que tenham sido cometidos pelas forças policiais. Afinal a violência foi necessária para conter a fúria dos manifestantes.

Os meios de comunicação são organizações empresariais e como tais buscam o lucro e são perpassados por contradições e conflitos. Tais contradições, às vezes os forçam a contrariar os interesses do Estado e/ou de setores das classes dominantes, seus parceiros nos negócios. A morte de Edson Luis de Lima Souto, de 17 anos em março de 1968, após conflito entre a polícia militar e os estudantes que se manifestavam contra a

precarização do restaurante Calabouço no Rio de Janeiro é exemplar nesse sentido. Devido à gravidade do fato, não foi possível manipular totalmente os meios de comunicação e o assassinato tornou-se manchete nos jornais de todo o país. Em 29 de março de 1968, o Jornal do Brasil transforma a tragédia em espetáculo ao publicar a imagem abaixo



Fonte: Google News Archive JB

O corpo jovem estendido sem vida cumpre o objetivo de chocar a população. Enfim a ditadura se expõe, deixando claro que a violência do Estado não era apenas contra os terroristas. A mera participação em um ato público contra a precarização das condições estudantis no país poderia transformar qualquer indivíduo em alvo de ações dessa natureza. As reflexões sobre o fenômeno nos remetem à obra de Guy Debord, “A Sociedade do Espetáculo”, publicada pela primeira vez em 1967, ela é precursora da análise crítica da sociedade de consumo. Para o autor,

O espetáculo é o auto retrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre os homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos. [...]. Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos meios de comunicação de massa, que são a sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade. [...]. A cisão generalizada do espetáculo é inseparável do Estado moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe.  
(DEBORD, 1997, p. 20-21)

Ao transformar o drama da morte do estudante em espetáculo, embora os jornais aparentemente tenham contrariado os interesses do Estado, expondo a violência institucional, como afirma Debord (1997), trata-se de falsas lutas espetaculares, pois as formas rivais do poder são reais, na medida em que expressam o desenvolvimento desigual e conflitante do sistema, os interesses relativamente contraditórios das classes ou das subdivisões de classes que integram o sistema, e definem sua própria participação no poder do sistema.

No espetáculo, as diversas oposições podem aparecer segundo critérios diferentes, ou seja, como sociedades totalmente distintas. Mas, na condição real de setores particulares, a verdade de sua particularidade reside no sistema universal que as contém: no movimento único que transformou o planeta em seu campo, o capitalismo.

Assim, a informação e a comunicação, na sua forma capitalista continuam servindo ao capital, adequando-se às exigências da modernização conservadora contemporânea. O episódio do calabouço desencadeou mobilizações de resistência à ditadura. A resposta dos militares foi um endurecimento ainda maior dos mecanismos repressivos. Segundo Santos (2009) a histórica passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1968, em protesto contra ditadura, agregou estudantes, artistas, intelectuais e a população em geral.

No mesmo ano, no dia 2 de outubro, aconteceu a chamada Batalha da Rua Maria Antonia, um confronto entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Esse confronto da Rua Maria Antônia “foi um dos primeiros em que os estudantes fizeram o uso de armas para combater a repressão. A ALN (Aliança Libertadora Nacional) combateu ao lado dos estudantes da USP enquanto que os do Mackenzie recebiam apoio do CCC (Comando de Caça aos Comunistas)” (SANTOS, 2009, p.105).

Os dois episódios citados foram noticiados na mídia escrita. Sobre o primeiro, a chamada Passeata dos Cem Mil, o jornal O GLOBO de 27 de junho de 1968 publicou a manchete “Passeata sem incidentes”. No texto que se segue, o jornalista/autor, expressa seus valores ao afirmar que: “[...] os manifestantes tiveram plena liberdade de ação e corresponderam ao apelo das autoridades, pelo que não se registram incidentes nem se fez necessária a repressão policial [...]”. Além de culpar aqueles que foram atacados violentamente pelas forças do Estado, essa narrativa banaliza a repressão e torna-a legítima. Afinal a violência às vezes é necessária diante do mau comportamento dos estudantes.

### Considerações finais

O desenvolvimento tecnológico de nossa época levou à internet e é por meio dela que agora temos acesso a uma ampla rede de informações, jornais *online*, *sites*, *blogs* etc. que aqui chamamos de mídia escrita. Contudo, como lembrou Bolaño (1997), não se trata de uma nova sociedade, de uma sociedade da informação, mas do velho capitalismo reorganizado, que exige o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de produção, armazenamento e circulação da informação, tanto para acelerar a rotação do capital e, assim facilitar o processo de acumulação, como para garantir as condições de legitimidade da dominação que exerce sobre um contingente cada vez maior da população mundial.

Por outro lado, nos lembramos da famosa frase de Tomasi Di Lampedusa (1974, p. 42), em *O Leopardo*: “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”. Dos anos da ditadura entre os anos 1960 e 1980 aos tempos atuais, tudo mudou. Os jornais, antes restrito ao papel impresso, ao rádio e a televisão não estavam presentes no cotidiano da maioria dos trabalhadores. Hoje, com a popularização da internet, tudo mudou. Especialmente os jovens acessam cotidianamente as redes sociais, os jornais e são informados dos fatos e acontecimentos globais e locais.

Mas tudo continua como estava! No caso da mídia escrita, o processo histórico que naturaliza seu papel, concebendo-a como expoente de um discurso que tem o objetivo de transmitir informações de maneira imparcial, neutra, continua presente na concepção da população. Na realidade, nesse estudo confrontamos a cobertura pela mídia em tempos diferentes de nossa história, concluindo que em relação à manipulação do discurso em favor da manutenção do *status quo* tudo permanece como no passado. As mudanças atingem tão somente a aparência dos fenômenos, mantendo o mesmo conteúdo de opressão e manipulação, características próprias do modo de produção capitalista, cuja superação só é possível com a superação desse modelo de sociedade.

### Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 16ª. edição, São Paulo, Hucitec, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRAIT, B. “Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem”. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

CERBARA, M. V. *A cena em Processo: metateatro e Viewpoints na peça Gaivota—tema para um conto curto*. São Paulo: PUC-SP. 2015.

CHOMSKY, Noam. *Mídia, Propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

G1. *GLOBO.COM*. Estudantes desocupam escolas públicas em Bauru. <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/11/estudantes-desocupam-escolas-publicas-em-bauru.html>> Acesso em 03/02/2018.

G1. *GLOBO.COM*. Após intervenção da PM, escola é desocupada na zona sul de São José. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/11/apos-intervencao-da-pm-escola-e-desocupada-na-zona-sul-de-sao-jose.html>> Acesso em: 03/02/2018.

JORNAL DO BRASIL. *Assassinato leva estudantes à greve nacional*. Rio de Janeiro, 29 de março de 1968. 1968a.

LAMPEDUSA, Tomasi Di. *O Leopardo*. Tradução de Rui Cabeçadas. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 6 ed, 2013

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Traduções de Edgard Malagodi et al. 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

O GLOBO, 25 de junho de 1968. Acervo: O GLOBO

O GLOBO, 27 de julho de 1968. Acervo: O GLOBO

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SANTOS, Jordana. *A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar*. Aurora, ano III n 5, São Paulo, 2009.

VIANA, Nildo. *Linguagem, discurso e poder: ensaios sobre linguagem e sociedade*. Pará de Minas/Minas Gerais: Editora Virtualbooks, 2009.